

**OS OBJETIVOS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: ESTUDO DA ESCOLA MUNICIPAL UBALDO SORRILHA DA COSTA – SÃO BORJA/RS**

**OBJECTIVES OF THE PEDAGOGICAL RESIDENCY PROGRAM: A STUDY OF THE UBALDO SORRILHA DA COSTA MUNICIPAL SCHOOL – SÃO BORJA/RS**

Recebido em: 07/03/2025

Aceito em: 14/05/2025

Publicado em: 29/08/2025

João Pedro da Rosa Ribeiro<sup>1</sup> 

André Iser Siqueira<sup>2</sup> 

Ronaldo Bernardino Colvero<sup>3</sup> 

**Resumo:** O Programa Residência Pedagógica (PRP) foi uma política educacional atuante na formação de professores, em instituições de ensino superior privadas e públicas. Tem sua execução, supervisão e avaliação relacionada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Em sua organização, esta política possui quatro atores: Coordenador Institucional; Docente Orientador; e Residente. Para implementação, o PRP possui cinco objetivos: o fortalecer os saberes práticos e teóricos do campo docente; contribuir para a formação da identidade dos licenciandos; estabelecer cooperação entre os entes federados na formação docente; valorizar dos saberes dos professores da rede básica; e fomentar a pesquisa das práticas educacionais. Discute-se neste manuscrito, a implementação dos objetivos do Programa Residência Pedagógica, sob o ponto de vista do Preceptor. Metodologicamente, optou-se pelo emprego de entrevista, a este ator da E. M. E. F. Ubaldo Sorrilha da Costa. Para compreensão das informações obtidas, foi empregada a análise de conteúdo. Como resultados, constatou-se que: o docente indagado, afirma ser deficitário os aspectos teóricos do Núcleo Geografia e diferenciais na formação docente os aspectos práticos. Já em relação à contribuição da identidade profissional, o professor questionado comenta que o PRP objetiva este ponto. Sobre a correlação entre os entes federados, a política em estudo cumpre seu objetivo, pois, articula as realidades da educação básica e superior. Sobre o inciso quarto, o sujeito argumenta ser valorizado por Residentes e Docente Orientador. Por fim, é tratada a pesquisa acerca das práticas pedagógicas, que deveria ser melhorada, no juízo do ator pesquisado.

**Palavras-chave:** Política pública; Educação; Unipampa; Educação básica; Programa Residência Pedagógica.

**Abstract:** The Pedagogical Residency Program (PRP) was an active educational policy in teacher training at private and public higher education institutions. Its execution, supervision, and evaluation are related to the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). In its organization, this policy has four actors: Institutional Coordinator; Supervising Professor; and Resident. For implementation, the PRP has five objectives: to strengthen the practical and theoretical knowledge of the teaching field; to contribute to the formation of the identity of undergraduate students; to establish cooperation between federated entities in teacher training; to value the knowledge of teachers in the basic education network; and to promote research into educational practices. This manuscript discusses the implementation of the objectives of the Pedagogical Residency Program from the perspective of the Preceptor. Methodologically, an interview was chosen with this actor from the Ubaldo Sorrilha da Costa Elementary School. Content analysis was used to understand the information obtained. As a result, it was found that: the teacher interviewed states that the theoretical aspects of the Geography Core are deficient and that practical aspects are differentiating factors in teacher training. Regarding the contribution to professional identity, the teacher questioned comments that the PRP (Professional Residency Program) aims at this point. Regarding the correlation between federated entities, the policy under study fulfills its objective, as it articulates the realities of basic and higher education. Regarding the fourth point,

---

<sup>1</sup> Mestre em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. E-mail: joaribeiro.aluno@unipampa.edu.br.

<sup>2</sup> Mestrando em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. E-mail: andresiqueira.aluno@unipampa.edu.br

<sup>3</sup> Professor na Universidade Federal do Pampa, atuando nos programas de Pós-graduação em Políticas e Ciências Humanas. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br

the subject argues that it is valued by Residents and the Supervising Teacher. Finally, the research on pedagogical practices, which should be improved in the opinion of the actor interviewed, is discussed.

**Palavras-chave:** Public policy; Education; Unipampa; Basic education; Program Residência Pedagógica.

## **INTRODUÇÃO**

O Programa Residência Pedagógica, é uma policy de formação de professores. Podem ser selecionadas as instituições de ensino superior (IES), do setor privado e público, para que se articulem com as escolas da rede básica brasileira. Toda a execução é gerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A primeira edição do referido programa deu-se entre 2018 e 2020; ainda em 2020, ocorreu a implementação da segunda etapa, findando-se em 2022. Por fim, ocorreu a terceira edição entre os anos de 2022 e 2024.

De modo que a policy em estudo seja executada, é necessário que uma instituição de ensino superior (IES), se submeta a um edital gerado pela CAPES. No primeiro momento, ou seja, na edição primeira, os educandários estiveram sob égide do Edital N° 6/2018. Em contrapartida, na segunda etapa, os educandários de ensino superior planejaram seus trabalhos em torno do Edital N° 01/2020 e por fim, na última implementação, sob regimento do Edital N° 24/2022. Para que se possa haver implementação do Programa Residência Pedagógica, foram hierarquizados 4 (quatro) atores, são eles: Coordenador Institucional; Docente Orientador; Preceptor; e Residente.

Os atores citados possuem prerrogativas para exercer seu trabalho na Universidade Federal do Pampa, pois, a mesma submeteu um Projeto Institucional à CAPES em 2022, o que possibilita a implementação do PRP. Entre os Núcleos da referida instituição, está o Geografia, alocado na unidade de São Borja, ao mesmo tempo ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas. No referido Núcleo trabalham 2 Docentes Orientadores, 4 Preceptores e 20 Residentes. O trabalho é desenvolvido em três escolas do município em questão: Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, Escola Técnica Estadual Olavo Bilac e Instituto Estadual Padre Francisco Garcia. No caso deste manuscrito, busca-se compreender como se dão a aplicação dos cinco objetos do Programa Residência Pedagógica. Assim sendo, foi entrevistado o Preceptor alocado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha. Para análise da técnica empregada, foi utilizada a análise de conteúdo.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho busca tecer investigações sobre os objetivos do Programa Residência Pedagógica, sendo eles: fortalecer os elementos teóricos e práticos da docência; construir a identidade

docente; relacionar a formação de professores entre intuições de ensino superior e básica; valorizar os saberes dos docentes da escola básica; e induzir à pesquisa acerca das práticas pedagógicas. Partindo destas cinco objetivações, buscou-se a instrumentalizar a pesquisa com o Preceptor da E. M. E. F. Ubaldo Sorrilha da Costa. Assim, indagou-se este ator, a fim de reconhecer como foram executados os 5 objetivos do Programa Residência Pedagógica no educandário em questão. Portanto, empregou-se a técnica denominada entrevista, utilizada para obtenção de informações referentes a uma temática em específico, entre o pesquisador e seu (s) pesquisado (s) (Marconi; Lakatos, 2003, p. 194). Por abrigar somente um educandário, esta investigação recebe traço de estudo de caso. A referida técnica é caracterizada pelo estudo aprofundado, o que permite conhecimento de pormenores do objeto de estudo (GIL, 2008, p. 76). Por fim, é necessária compreensão das informações obtidas, isto é: serviu-se da análise de conteúdo (Bardin, 2016).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os primeiros pontos de discussão para criação de uma residência para professores, aconteceu em 2007, no Senado Federal do Brasil, em 2007, através do Projeto de Lei Nº 227 e recebeu o nome de Residência Educacional. (FARIA; PEREIRA, 2019, p.335). Pode-se ver, a partir disso, que desde o referido ano, existem tentativas para criação de uma política pública para residência dos profissionais da educação. O referido documento do Senado partiu do parlamentar Marco Maciel (DEM/PE) (Silva; Cruz, 2018, p. 230). Já em 2012, é possível observar que o Projeto de Lei do Senado 227/2007 é adaptado pelo Senador Blairo Maggi (PR-MT). Através das mudanças propostas pelo membro do Partido Republicano, o “Residência Educacional” torna-se “Residência Pedagógica” (Silva; Cruz, 2018, p. 231). Conforme a normativa, o trabalho seria de 800 horas e era destinado à educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

O projeto não previa a residência como pré-requisito para a atuação na educação básica, para não impedir a atuação de docentes em exercício que não tiveram acesso a essa formação. Ainda, de acordo com aquele PLS, haveria a possibilidade que o certificado de aprovação na Residência Pedagógica pudesse ser utilizado nos processos seletivos das redes de ensino, no contexto de concurso por provas e apresentação de títulos, assim como, os professores em exercício, poderiam se beneficiar da realização da residência, como estratégia de atualização profissional (Silva; Cruz, 2018, p. 231).

Em 2014 ocorre mais uma mudança, a policy toma o nome de “Residência Pedagógica para todos os professores da educação básica” (Faria; Ferreira, 2019, p. 336). As autoras ainda argumentam que a mudança na nominata se deu em função de pressão de profissionais da educação.

Após o período de discussão, que se iniciou em 2007, a primeira versão do Programa Residência Pedagógica foi executada em 2018, sob a égide da Portaria N° 38/2018. O documento instituiu oficialmente esta política educacional e traçou objetivos para execução.

Art.1º Instituir o Programa Residência Pedagógica com a finalidade de apoiar Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica (Brasil, 2018, p. 1).

Deste modo, o Programa Residência Pedagógica, é uma policy de formação de professores, que vincula seu trabalho entre as instituições de ensino superior e escolas da rede básica de ensino brasileiro. Toda a execução é gerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A primeira edição do referido programa deu-se entre 2018 e 2020; ainda em 2020, ocorreu a implementação da segunda etapa, findando-se em 2022. Por fim, ocorreu a terceira edição entre os anos de 2022 e 2024.

De modo que a policy em estudo seja executada, é necessário que uma instituição de ensino superior (IES), submeta-se a um edital gerado pela CAPES. O documento enviado pelo educandário superior de ensino, é denominado Projeto Institucional e deve ser “[...] apresentado por Instituição de Ensino Superior - IES para desenvolvimento de atividades de residência pedagógica” (Brasil, 2022, p. 1). No primeiro momento, ou seja, na edição primeira, os educandários estiveram sob égide do Edital N° 6/2018. Em contrapartida, na segunda etapa, as IES planejaram seus trabalhos em torno do Edital N° 01/2020 e por fim, na última implementação, sob o regimento do Edital N° 24/2022.

A Portaria N° 82, arregimentou os atores e os pressupostos do PRP na edição de 2022. No momento de participação no certame da CAPES, os responsáveis pelas IES submeteram o Projeto Institucional, ou seja, “[...] projeto apresentado por Instituição de Ensino Superior - IES para desenvolvimento de atividades de residência pedagógica” (Brasil, 2022, p. 1). Cada projeto institucional pode possuir Subprojetos ou Núcleos, estes são, respectivamente: “[...] subdivisão do projeto institucional organizada por área de residência pedagógica” (Brasil, 2022, p.1) e “[...] grupo de participantes de um subprojeto, composto por docente orientador, preceptores e residentes para o desenvolvimento das atividades de residência pedagógica” (Brasil, 2022, p.1). Já o local onde ocorrem as práticas docentes, é denominado Escola-campo (Brasil, 2022, p. 1).

Os atores que mantêm estas etapas, são 4 e estão hierarquizados da seguinte forma: Coordenador Institucional, Docente Orientador, Preceptor e Residente. O primeiro, “[...] docente da IES responsável pela execução do projeto institucional de Residência Pedagógica” (Brasil, 2022, p.

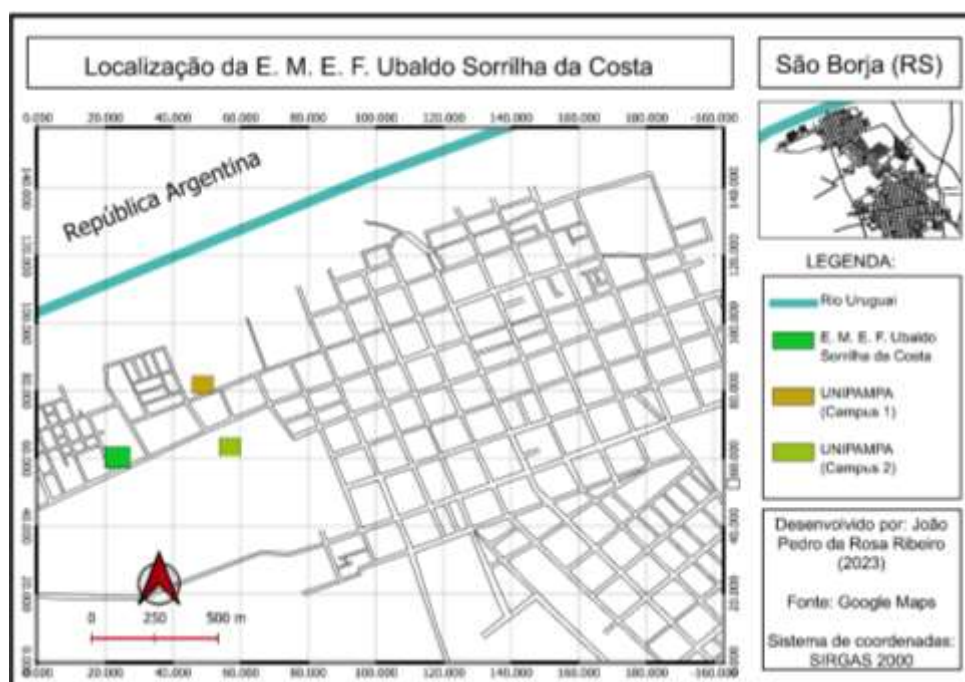
1). Em linhas gerais, este ator deve submeter o documento que tem como premissa a implementação em todas as unidades da IES e supervisionar os trabalhos do Docente Orientador, a quem é confiada a gestão do Subprojeto ou do Núcleo. Deste modo, o último é o: “[...] docente da IES responsável por planejar e orientar as atividades dos residentes de seu núcleo de residência pedagógica” (Brasil, 2022, p. 1). Por fim, tem-se mais dois atores, o Preceptor e o Residente. Estes últimos são respectivamente o docente da rede básica e o discente de licenciatura. São definidos da seguinte forma:

[...] Preceptor: professor da escola de educação básica responsável por acompanhar e orientar os residentes nas atividades desenvolvidas na escola-campo. [...] Residente: discente com matrícula ativa em curso de licenciatura, participante do projeto de residência pedagógica (Brasil, 2022, p. 1).

Deste modo, pode-se notar que o Programa Residência Pedagógica passou por um processo de criação iniciado em 2007, até sua implementação em 2018, a partir da Portaria N°38. Além disso, destaca-se que, a referida política pública possui quatro atores, no quais são: Coordenador Institucional, Docente Orientador, Preceptor e Residente. Por fim, é necessário lembrar que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal, a CAPES, é a agência de financiamento e monitoramento do PRP.

A Universidade Federal do Pampa possuiu 16 Núcleos do PRP, divididos entre os municípios de São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Bagé, São Gabriel, Jaguarão, Caçapava do Sul e Dom Pedrito. Somente nas unidades de Santana do Livramento e Alegrete não possuem implementação desta política. Na primeira municipalidade citada, está o Núcleo Geografia, vinculado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas. Desenvolvem labor neste campus 2 Docentes Orientadores, 4 Preceptores e 20 Residentes. Os dois últimos atores estão alocados em 3 escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa; Instituto Estadual Padre Francisco Garcia; e Escola Técnica Estadual Olavo Bilac. No entanto, esta investigação deu-se somente no âmbito dos Preceptores, em específico do Preceptor da escola Ubaldo Sorrilha da Costa.

Figura 1 - Localização da E. M. E. F. Ubaldo Sorrilha da Costa.



Fonte: João Pedro da Rosa Ribeiro (2023).

A referida instituição está localizada no Bairro do Passo, às margens do Rio Uruguai, na Rua Deputado Ludovino Fanton, 3610. Conforme pode ser lido no Projeto Político Pedagógico, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, os educandos e suas famílias apresentam baixo poder aquisitivo e os responsáveis exercem o trabalho doméstico ou referente à coleta de resíduos sólidos.

As famílias que pertencem a nossa escola são de baixíssimo poder aquisitivo, muitas famílias vivem da pesca, trabalho no campo, outros desempregados que trabalham quando surgem oportunidades e na coleta seletiva do lixo. As mulheres em grande maioria exercem a função de domésticas ou faxineiras. Poucos pais possuem um emprego fixo (Projeto Político Pedagógico – E.M.E.F Ubaldo Sorrilha Da Costa, 2020, p.14).

Diante da apresentação do contexto da escola e da explanação quanto ao Programa Residência Pedagógica, é necessário expor os dados coletados através da entrevista com o ator Preceptor. A fim de manter o anonimato e não veicular o nome da figura entrevistada, é possível denominar Preceptor A. O foco deste texto é verificar a aplicação dos cinco objetivos da política em estudo. No entanto, é necessário apresentar aspectos sociais e profissionais do ator indagado. Deste modo, o docente entrevistado possui 43 anos de idade e enquadra-se no gênero feminino. Além disso, afirma ministrar

práticas de ensino nos componentes curriculares de: “História, Arte e Ensino Religioso.” (PRECEPTOR A, 2023). Sua formação – licenciatura e especialização – na área de História.

No Artigo 4º da Portaria Nº 82, é possível visualizar os traços específicos que a policy se propõe a executar. Assim sendo, os objetivos estão pautados nos cinco incisos:

[...] I - fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura; II - contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos; III - estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores; IV - valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional; e V - induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula (Brasil, 2022, p. 2).

O primeiro ponto, apesar de um objetivo somente, aborda duas habilidades a serem empregadas: a formação prática e teórica. Para o exercício docente, é imprescindível estas duas valências. Em relação à segunda premissa do inciso I, o sujeito entrevistado afirma: “Eu acredito que estamos no mais ou menos” (PRECEPTOR A, 2023). Segue dizendo que o Núcleo Geografia deveria ter mais trabalho teórico, como pode ser lido no seguinte trecho:

Eu acho que poderia contribuir mais. Eu noto que a gente tem pouco trabalho teórico, se a gente for pensar. Não acho que ele [o Residência] deva ser só teoria, mas eu acho que deveria ter um pouco mais, inclusive do estudo mais junto de estudo, o estudo junto, sabe? (PRECEPTOR A, 2023)

Além das afirmações anteriores, é mencionado a possível criação de grupos de estudo, para que haja fortalecimento dos saberes teóricos, em especial na disciplina de Geografia, que é ministrada na implementação do programa. Outra menção trata do componente curricular do ator ser História e não Geografia, o que ocasiona na falta de subsídios teóricos quanto à segunda.

Por exemplo, a minha disciplina não é Geografia, apesar de eu trabalhar com Geografia há bastante tempo. Mas a parte teórica de Geografia não é o meu forte. Então, eu acho importante fortalecer mais. Deveria ter mais. Até tem essa ideia de fazer, mas acaba ficando tudo muito solto. Eu acho que deveriam ter grupos de estudo organizados, para desenvolver a parte teórica (PRECEPTOR A, 2023)

Como é possível notar, é referido pelo entrevistado que a formação teórica que o Programa Residência Pedagógica, em específico o Núcleo Geografia apresenta, poderia ser diferente. Um ponto central a ser refletido é a formação deste docente, uma vez que é a Portaria Nº 82/2022, não menciona que os inscritos na seleção para Preceptor, tenham currículo consonante com a área de atuação do

núcleo. Ainda no “I - fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura [...]” (Brasil, 2022, p. 2), é possível notar que se almeja, sob o ponto de vista do PRP, fortalecer o campo prático de atuação dos Residentes. Quando indagado, o pesquisado disse que o maior ganho do programa é a prática docente.

Esse eu acho que ele [os saberes práticos] é o que mais faz. Porque pra mim, um dos maiores ganhos que tem um Residente, é ter contato com a realidade da escola. Quando a gente está na faculdade, até no curso de Magistério – eu fiz Magistério também – tem muito a utopia do ideal, até o que o professor às vezes te diz que teria que trabalhar de uma forma, que o ideal é trabalhar assim. E quando a gente chega no real, muitas vezes é muito diferente. Então, eu acredito que na parte prática, o Residência realmente funciona. Porque o Residente consegue conhecer a escola como um todo, ter contato com várias turmas, com várias realidades, porque dependendo eles trocam até de escola, dependendo dos módulos. E fazer realmente o trabalho do professor, se dar conta que ele é um professor, planejar, pesquisar, dar aula, entender quando um aluno não entendeu, quando realmente a turma é mais difícil. (PRECEPTOR A, 2023)

Já quanto ao pressuposto do fortalecimento prático da docência para os Residentes, o docente entrevistado afirma ser o diferencial do PRP. Em especial, menciona que o programa serve para mostrar o modelo adequado de aulas perante o contexto escolar. Seguindo este fio, perguntou-se se os licenciandos, sob sua responsabilidade possuíam, quando entraram na policy em estudo, conhecimento da realidade escolar. O entrevistado advoga que conhecia e tinha ideia que a educação no contexto escolar necessita de caminhos que dialoguem com a realidade do meio em que a docência está sendo empregada. “A maioria deles, por todos que eu já tive, mas a grande maioria já vem com a noção de que é diferente. Alguns já foram do PIBID, então já tem uma noção de como é a escola.” (PRECEPTOR A, 2023). Neste sentido, é possível afirmar que as políticas de formação inicial de professores, são imprescindíveis na trajetória docente dos licenciandos, a partir dos comentários do sujeito ouvido.

Já em relação ao inciso 2: “[...] contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos” (Brasil, 2022, p. 2), obteve-se a informação de que, sim, o Residência Pedagógica contribui para a formação identitária do professor:

Por essa questão do Residente se ver como professor, não como estudante. Ah: ‘eu sou estudante de licenciatura’, é uma coisa, mas tu está [na escola] como professor. A forma como tu é encarado, muitas vezes até na escola, como um todo, como Residente é diferente. Tu é encarado como um professor. E eu acho que isso interfere bastante nessa formação da identidade, tu vai se preparando para tudo que vem pela frente. Porque ser professor não é só ter nome de professor, ir lá dar aula e pronto. Eu digo que quem é professor, vive como professor, porque tu é professor na rua, quando tu encontra tudo mundo. Tu é exemplo, não dá pra dizer que não é. Por mais que o aluno as vezes não queira te ouvir na sala de aula, mas

tu é exemplo pra ele. E a gente às vezes educa mais pelo exemplo do que pela palavra. (PRECEPTOR A, 2023)

Segundo consta no Projeto Político Pedagógico, do Curso de Ciências Humanas, no qual o Programa Residência Pedagógica está vinculado, é necessário vincular teoria e prática. O documento argumenta que a prática deve ser ancorada nos pressupostos teóricos, a fim de desenvolver habilidades e competências do ofício docente.

Entende-se que a prática precisa estar integrada às teorias e que não restringe ao desenvolvimento de aulas ou elaboração de atividades de ensino, mas deve fomentar e contribuir para contextualização, reflexão e promoção de práticas educativas em espaços escolares e não-escolares. Nesse sentido, a prática deve ocorrer fundamentada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e competências para o exercício profissional (Projeto Político de Curso – Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, 2019, p. 74).

Até o momento, explanou-se sobre dois dos cinco objetivos do Programa Residência Pedagógica. Como pode ser visto, a questão do fortalecimento teórico e prático, foi avaliado por parte do docente como incompleto no primeiro. Porém, no segundo, a entrevista mostrou que um dos principais ganhos do Residente, em meio à sua formação do PRP é o ganho nas experiências pedagógicas. Além do mais, foi avaliado como positivo o aspecto de formação identitária do licenciando. Vale lembrar que, as respostas são percepções do indivíduo entrevistado nesta investigação. Como trabalho futuro, pode-se verificar as mesmas questões com indagações aos próprios licenciandos que participam desta política pública.

Em relação ao “III - estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores” (Brasil, 2023). Não é possível indagar o docente, pois, é uma pergunta que envolve a cooperação entre as instituições receptoras da política pública em nível superior e básico. No caso específico do Programa Residência Pedagógica, é possível observar articulação entre o educandário de ensino superior, ou seja, a Universidade Federal do Pampa, em particular o campus São Borja e a E.M.E.F Ubaldo Sorrilha da Costa, centro de ensino básico. A Unipampa institucionalmente, possui uma política de formação de profissionais da educação. No inciso VI, que consta no Artigo 5º, afirma-se que deve ocorrer: “[...] a articulação entre Universidade, educação básica e outros espaços educativos (escolares e não escolares) a partir das suas práticas e vivências” (Brasil, 2019, p. 4). Para além, no inciso XIII, a IES em questão afirma que a formação

dos docentes deve ser regida: “[...] entre universidade, escola e outros espaços educativos (escolares e não escolares) na aprendizagem da docência” (Brasil, 2019, p. 4).

É necessário entender o contexto social, econômico e histórico da instituição de ensino básico que recebe a política pública em estudo. Neste sentido, o docente da escola de ensino elementar, é um grande aliado. Diante deste pressuposto, é plausível que se apresente o: “[...] IV - valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional” (Brasil, 2022, p.2). Na Resolução Nº 267/2019, é possível encontrar no Artigo 6º, inciso V, a mesma premissa do objetivo supracitado acima. A seguinte normativa afirma que se deve:

[...] contribuir para o alinhamento dos cursos de licenciaturas e do contexto multicampi da Universidade, respeitando as especificidades locais e das áreas do conhecimento, afirmando assim um projeto político pedagógico de formação de professores (Brasil, 2019, p. 5).

Em relação a este objetivo, foi dito, por parte do docente entrevistado que: recebe valorização dos Residentes e do Docente Orientador. Afirma-se isso, pois, os primeiros ouvem quando é necessário mudança no planejamento pedagógico e do segundo, na medida que concede liberdade ao ator, para que exerça seu trabalho com os licenciandos da forma que julga necessária.

[Em relação aos Residentes]: São valorizados [os saberes docentes]. Porque a gente nota no sentido de quando a gente dá uma orientação, algum feedback, sobre coisas que pretendem fazer podem não funcionar e quem sabe pode aplicar de outra forma.

[Sobre o Docente Orientador]: Porque ele (Docente Orientador) sempre nos coloca com liberdade, de como trabalhar com os Residentes. A gente não sente, empecilhos, em relação ao Orientador, da forma como que a gente vai trabalhar, da forma de conduzir o grupo. Então, acredito que sim (PRECEPTOR A, 2023)

Pode-se notar, com base nos comentários da citação anterior que, os saberes e experiência do professor entrevistado são valorizados. Este ponto, assim sendo, contempla o objetivo específico quatro do Programa Residência Pedagógica. Por fim, têm-se o quinto propósito desta política educacional: “[...] V - induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula” (Brasil, 2022, p. 2). Sob essa questão, o indagado afirma não ser como gostaria e aponta um motivo: sua formação fora da Geografia dificulta a pesquisa acerca dos saberes deste campo científico. Como já se mencionou, a formação deste profissional é em História e não na disciplina base do Núcleo, ou seja, a ciência geográfica.

Eu acho que nem tanto como gostaria [induzir a pesquisa]. Eu acho que um pouco disso é porque a minha formação não é em Geografia, eu tenho dificuldade com a teoria da Geografia. Eu tenho que estudar e muitas vezes não sobra tempo. A gente induz a pesquisar o que eles vão trabalhar, mas acho que poderia ter mais, acho que a gente poderia ter mais oportunidade (PRECEPTOR A, 2023).

Da mesma forma que no inciso II, que trata sobre a formação teórica, a resposta relacionada à pesquisa – inciso V – passa pela formação básica do entrevistado, isto é: uma graduação distinta da área de atuação do Núcleo Geografia. No âmbito desta pesquisa, buscou-se reconhecer a aplicação dos cinco objetivos do Programa Residência Pedagógica, em especial sobre a avaliação do Preceptor, da E.M.E.F Ubaldo Sorrilha da Costa. Deste modo, indagou-se acerca da execução destas premissas primordial à política educacional em voga nesta investigação.

A entrevista serve para que se possa conhecer uma realidade, no entanto, os comentários feitos pelo interlocutor podem ser reféns de vícios, tais como: má compreensão das perguntas; tentativas de esconder a execução da policy; ou até problemas de ordem pessoal com os demais atores. Não se argumenta, neste texto, que o entrevistado esteja sob efeito de alguma das três questões descritas acima, todavia, é necessário buscar as respostas dos demais envolvidos na implementação do Núcleo Geografia, do Programa Residência Pedagógica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste breve manuscrito, investigou-se o Programa Residência Pedagógica, em específico a execução de seus cinco objetivos específicos. No entanto, a pesquisa abrigou somente o ator denominado Preceptor, em específico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa. Este educandário recebe os licenciandos do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, que são contemplados com a seleção na política em estudo.

A técnica empregada para coleta das informações, nos demanda o tratamento analítico e possui aspectos deficitários, como por exemplo: a não compreensão dos questionamentos, ou até mesmo a possibilidade de ocultar pontos considerados negativos sobre o processo de implementação do Programa Residência Pedagógica. Além disso, as perguntas envolveram atuação de outros atores, como os Residentes e o Docente Orientador. Deste modo, em buscas científicas futuras, entender o que pensam estes sujeitos, sobre o assunto, é essencial.

O estudo, portanto, buscou averiguar a execução dos cinco objetivos específicos do Programa Residência Pedagógica: fortalecimento dos aspectos teóricos e práticos da docência; o fomento à identidade docente; a responsabilidade de formação de professores das instituições de ensino superior

e básico; a valorização dos profissionais da educação elementar; e indução à pesquisa sobre as práticas docentes. Como resultados preliminares, observou-se, em meio às respostas do docente examinado, que os aspectos teóricos do Núcleo Geografia foram deficitários, enquanto a formação prática, é um dos diferenciais do programa. Prosseguindo, foi recebida a informação que o PRP contribui para a formação identitária dos futuros docentes. Em relação ao objetivo 4: percebe-se que ocorre articulação entre os níveis de graduação e básico, na medida em que o trabalho dos Residentes ocorre no segundo e é respaldado pelo primeiro. Por fim, obteve-se a resposta de que há dificuldades para induzir os Residentes à pesquisa. Um dos motivos está relacionado ao Núcleo ser em meio à disciplina de Geografia e a composição teórica do entrevistado constar no campo da ciência histórica.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. **Edital nº 06/2018**. Institui o Programa Residência Pedagógica. Brasília, DF: CAPES, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01032018-edital-6-2018-residencia-pedagogica-pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. **Edital nº 01/2020**. Institui o Programa Residência Pedagógica e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Brasília, DF: CAPES, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-residencia-pedagogica-pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. **Edital nº 24/2022**. Institui o Programa Residência Pedagógica. Brasília, DF: CAPES, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29042022\\_Edital\\_1692979\\_Edital\\_24\\_2022.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29042022_Edital_1692979_Edital_24_2022.pdf). Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. **Portaria nº 82/2022**. Dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica - PRP. Brasília, DF: CAPES, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-basica/28042022\\_Portaria\\_1691648\\_SEI\\_CAPES\\_\\_1689649\\_\\_Portaria\\_GAB\\_82.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-basica/28042022_Portaria_1691648_SEI_CAPES__1689649__Portaria_GAB_82.pdf). Acesso em: 10 jan. 2024.

FARIA, Juliana Batista; PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. Residência pedagógica: afinal, o que é isso? **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 28, n. 68, p. 333-356, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/8393>. Acesso em: 10 set. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SÃO BORJA (Município). Secretaria de Educação. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa**. São Borja: Secretaria de Educação, 2020.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da; CRUZ, Shirleide Pereira. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento: diálogos em educação**, v. 27, n. 2, p. 227-247, mai./ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Conselho Universitário. **Resolução nº 267/2019** [redefinida na numeração de origem como Resolução Nº 27/2019]. Dispõe sobre a aprovação da Política Institucional de formação de profissionais da educação básica no âmbito da Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Bagé: CONSUNI, 2019. Disponível em: [https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/12/res--267\\_2019-politica-de-formacao-de-professores-2.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/12/res--267_2019-politica-de-formacao-de-professores-2.pdf). Acesso em: 18 jan. 2024.